

## O terramoto de 1755 analisado 250 anos depois em colóquio multidisciplinar

Fernando Rebelo

Em finais de 2007, foram publicados em livro os trabalhos apresentados a um colóquio realizado dois anos antes pela Universidade Nova de Lisboa sobre o terramoto de 1755. Editado pelas Edições Colibri e pelo Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, intitula-se *História e Ciência da Catástrofe* e tem como subtítulo *250 Aniversário do terramoto de 1755*. Além da introdução, assinada pelos coordenadores científicos, Maria Fernanda ROLLO, Ana Isabel BUESCU e Pedro CADEM, este livro, de 207 páginas, publica 10 artigos da autoria de especialistas em áreas tão diversas como a História, a História da Arte, a Geologia, a Psicologia Social, a Arquitectura ou o Urbanismo.

O enquadramento do terramoto na História da Europa é, desde logo, estabelecido por Grégory QUENET, no artigo intitulado "Le tremblement de terre de Lisbonne, un événement majeur de l'Histoire Européenne" (p. 13-37). O terramoto aparece relativizado no contexto das grandes catástrofes da época. 35 anos antes (1720) haviam falecido 100000 pessoas na Provence (França) em virtude da peste. Poucos anos antes (1737) e alguns anos depois (1789) centenas de milhar de pessoas morreram em virtude de ciclones na Índia, apesar de tudo, bem menos do que os 10 milhões de mortos pela fome na mesma área do globo (Bengala) em 1770 (p. 14). Para quem pensa que só agora há muitos mortos em catástrofes (ditas) naturais estes números devem criar alguns problemas... No entanto, o Autor fala apenas em 10000 mortos na "capital portuguesa", o que parece um valor subestimado – os 40000 aceites por E. ZEBROWSKI (1997), 30000 no terramoto e 10000 no tsunami, talvez estejam mais perto da triste realidade. Tentando relativizar o terramoto de Lisboa, Quenet também se refere a grandes sismos sentidos na capital portuguesa ao longo dos séculos XVI (três), XVII (três) e mesmo XVIII (dois). Sobre um deles, o de 1551, fala em 2000 mortos. Apesar do movimento de solidariedade com Portugal que afirma ter-se verificado na Europa, não pode deixar de salientar que, entre o 1º de Novembro de 1755 e os fins de 1756, se verificaram 44 sismos, só em França, pelo que, neste mesmo período, das 92 comunicações sobre sismos apresentadas à Academia das Ciências de Paris, só 2 se referiam a Portugal. QUENET salienta que o terramoto foi uma catástrofe muito mediatizada, em que se e as diversas interpretações" (p. 39-53) é o título do artigo seguinte da autoria de Maria Luísa BRAGA. Com ele

ficamos a conhecer textos escritos por sobreviventes, como, por exemplo, "Moreira de Mendonça, então guarda-mor da Torre do Tombo" (p. 41) e Miguel Tibério PEREIRA (p. 43), que se nos afiguram de grande credibilidade. No entanto, estes e outros textos não permitem concluir a favor de um número consensual de mortos. "O número de vítimas não é fácil de determinar. Nas suas descrições, os autores contemporâneos do terramoto atribuem, para Lisboa, um número muito variável" (p. 46). No entanto, esses textos permitem não só visualizar o acontecimento em si, mas também perceber como se processou a gestão da crise.

André BRIO foi o autor de "A notícia do terramoto no sistema de informação do antigo regime" (p. 55-66), artigo em que se salientam as dificuldades na chegada de notícias a diversas cidades europeias. Em Genebra, por exemplo, Voltaire poderá ter sabido do terramoto só a 23 de Novembro, por carta. Em Lisboa, a *Gazeta de Lisboa*, saída a 6 e depois a 13 de Novembro "nunca dedicou, na secção reservada às notícias da Corte, mais do que algumas escassas linhas aos efeitos da catástrofe"... "Na *Gazeta de Lisboa* o terramoto não é notícia: o periódico não nos oferece nenhuma da informação específica que os historiadores normalmente procuram sobre o terramoto, e encontram noutras fontes como as cartas" (p. 63).

Seguidamente, em "Réplicas em papel (informação e comentário)" (p. 67-82), João Luís LISBOA, dedica-se à apreciação de textos publicados posteriormente. "Os acontecimentos foram motivo imediato para o proliferar de reacções, ecos, narrações e comentários que se sucederam por meses e anos" (p. 67). O autor mostra reproduções de gravuras e junta versos, além de vários textos que circularam entre 1755 e 1756, salientando que "oficina da curiosidade é a designação escolhida para organizar a maior colecção de folhetos sobre o terramoto, em cinco volumes, dataada de 1758 e guardada na Biblioteca Nacional, em Lisboa" (p. 82).

Por sua vez, Maria Luísa PEREIRA DE LIMA assina o artigo "Natureza e gestão do risco: interpretações do terramoto nos textos da época" (p. 83-102). Iniciando o seu trabalho por dizer que "o terramoto de 1755 pôs a nu algumas clivagens na maneira de pensar a vida, a natureza e a organização social" (p. 83), a autora fala em "terramotos e terror" e estabelece comparação com o que pôde estudar nos Açores quando do sismo de 1 de Janeiro de 1980 (p. 88).

Não duvida que, em 1755, "a estratégia mais comum consistia em procurar a protecção divina", mas aponta elementos importantes sobre "uma estratégia de controlo político sobre o sismo", da responsabilidade do Marquês de Pombal, e que corresponde ao que hoje consideraríamos uma notável gestão da crise, envolvendo soldados, vereadores municipais, juizes e clérigos (p. 90). Neste trabalho, não poderemos deixar de chamar a atenção dos potenciais interessados para as referências bibliográficas que ocupam mais de duas páginas (p. 100-102).

A reconstrução pós-terramoto é apresentada por Raquel Henriques da Silva em "Da destruição de Lisboa ao arrasamento da Baixa: o terramoto urbanístico de Lisboa" (p. 103-111). Ao contrário do que se poderia prever, a autora não se limita a falar da "Baixa Pombalina". Vai bem mais longe, como, por exemplo, a Campo de Ourique ou à Ajuda, mostrando que o terramoto "mexeu" com toda a cidade.

António Ribeiro, ao escrever sobre "Génese dos sismos: o sismo de 01/11/1755. Significado geodinâmico" (p. 113-123), desce ao cerne das questões que se encontram na base deste e de outros grandes sismos verificados em Portugal. Depois de uma introdução teórica sobre sismos e tsunamis (p. 113-116), discute a localização exacta do epicentro, deixando muito claro que o tão falado "Banco de Gorringe", onde "o cavalgamento é inactivo há cerca de 5 milhões de anos", não pode ser considerado como "fonte para o sismo de 1755" (p. 116). Argumenta, então, a favor do "Carreamento de Marquês de Pombal (margem SW-Ibérica)", dado que "perfis de reflexão sísmica" provam "a existência cerca de 100 km a SW do Cabo de São Vicente de um carreamento orientado NNE-SSW, que provoca o levantamento do fundo de mais de 1 km sobre os fundos oceânicos a WNW" (p. 116). No entanto, "como o carreamento do Marquês de Pombal se estende apenas por 55 km seria insuficiente para gerar a ruptura responsável por um sismo da magnitude estimada para 1755, de 8,7", acrescenta fontes adicionais. Uma delas parece-lhe ter sido essencial, "a solução da Falha inversa da Ferradura é a mais plausível porque a situação de quase continuidade e orientação sub-paralela com o sistema de carreamento do Marquês de Pombal facilita a transferência da tensão geradora de sismos entre os dois sistemas" (p. 117). Também neste trabalho há uma bibliografia de grande interesse, ocupando praticamente três páginas (p. 121-123).

Ana Cristina Araújo mais uma vez aparece ligada ao terramoto de 1755. Agora, como autora do artigo "Amadilhas da razão prática: desastre, risco e

propaganda" (p. 125-153). Primeiro é o desastre, isto é, a catástrofe, com toda a destruição que lhe ficou associada, não apenas em Lisboa, mas igualmente "no Algarve, especialmente no Barlavento, Sul de Espanha e Marrocos". Depois é "a (des) construção da catástrofe", através do que se escreveu pela Europa, fosse na Gazette de Cologne ou na "Gazeta de Utreque, fosse em cartas ou outros escritos, com descrições vividas de estrangeiros que, à data, se encontravam em Lisboa. Por vezes, há referências a comparações com catástrofes ocorridas noutros territórios e noutros tempos, bem como a interpretações diversas provenientes de diversos países europeus. A Guerra dos Sete Anos (1756-1763) terá indubitavelmente influência no pós-terramoto e em muito do que se disse e escreveu. Na última parte do seu trabalho, Ana Araújo fala da "História oficial da catástrofe". Neste contexto refere *As Memórias das Principais Providências que se deram no Terramoto que padeceu a corte de Lisboa no ano de 1755*, publicadas em 1758 e que foram divulgadas em França através de artigos laudatórios para a monarquia portuguesa em 1759 e 1760. Toma-se, então, muito claro que o poder público transformou a tragédia de um dia num dia seguinte de grande brilho – "O Diário dos Sucessos de Lisboa, reimpresso em 1766, circula por toda a Europa, com o objectivo de dar a conhecer a esclarecida governação do futuro Marquês de Pombal e de mostrar que o terramoto de 1755 representava para os sábios e homens de acção o princípio de uma nova era, de progresso e de glória para Portugal" (p. 152). O artigo de Ana Araújo é, ainda, enriquecido com numerosas notas infra-paginais, onde se podem encontrar as fontes e a bibliografia utilizadas.

"O terramoto político (1755-1759). Portugal aflito e conturbado" (p. 155-185), assinado por José SERRA, começa por apresentar uma situação de "colapso da administração régia" para seguir para uma situação em que são nítidos "os rumos da centralização". Aqui, discute-se o caso do atentado a D. José, como se discute a expulsão dos jesuítas. E, como escreve o Autor "é bem provável que, sobrecarregado com as desgraças do terramoto, D. José tenha encontrado na firmeza do ministro a inflexibilidade política que se ajustava aos acontecimentos e circunstâncias" (p. 181). De notar que, também este artigo, é enriquecido por uma longa bibliografia (p. 182-185).

Finalmente, "Dinâmicas espaço-funcionais do centro histórico" (p. 187-207), da autoria de Teresa Valsassina HERR, parte do conceito de centro histórico e da sua dinâmica de transformação, passa pelos conceitos de renovação e reabilitação, dando o caso

de Barcelona, para terminar falando dos centros históricos em Portugal. Não se refere ao terramoto, embora se compreenda a razão de ser do trabalho.

*História e Ciência da Catástrofe. 250 Aniversário do terramoto de 1755* é um livro importante não só para as Ciências Cindínicas, também chamadas Ciências do Perigo ou, melhor ainda, Ciências do Risco, mas também para a Geologia, a Geografia e a História de Portugal. Georges-Yves KERVEN e Patrick REISE foram pioneiros nestas Ciências, que viram a sua designação proposta apenas em 1987. No seu livro, *L Archipel du Danger*, falaram do terramoto de Lisboa logo na introdução a que deram o título de "Lisbonne 1755. Tremblement de terre. Rousseau révolutionne le danger" (G-Y. KERVEN; P. REISE, 1991). Desde então, a maior parte dos livros publicados sobre riscos não mais deixaram de dedicar algumas linhas ou até várias páginas à catástrofe de Lisboa, "mas aqui explica-se bem porquê - depois de uma 'idade do sangue' em que o homem acalmava a fúria dos deuses com sacrifícios humanos, passou-se, como cristianismo, à 'idade das lágrimas', em que 'os grandes medos.são geradores de preces e procissões', para, com a discussão que, a propósito do terramoto de Lisboa, se estabeleceu entre Voltaire e Rousseau sobre o lugar do homem e de Deus nas catástrofes', aparecer a revolução do perigo" (G. Y. KERVEN e P. REISE, citados por F. REHLO, 2005, p. 67). Pessoalmente, chamar-lhe-ia a revolução do risco, mas, em 1991, as Ciências Cindínicas estavam no princípio e os conceitos ainda não se apresentavam bem definidos. Agora, que já se sabe, claramente, o que é risco, perigo e crise (F. REHLO, 2001, 2003), havendo consciência do risco sísmico em Portugal, há consciência da probabilidade da sua manifestação. Poderá acontecer apenas um pequeno sismo, uma situação de perigo. Mas poderá ocorrer um terramoto, com destruições. Será uma crise de que o homem já só poderá tentar gerir os efeitos. Se essa crise voltar a ser mortífera, teremos de novo uma catástrofe. Esperamos, todavia, que não seja tão grave, atendendo à diminuição das vulnerabilidades que se iniciou com a reconstrução de Lisboa após 1755 e que tem continuado até aos nossos dias com o aperfeiçoamento das técnicas e da legislação relacionadas com a construção anti-sísmica. Estudos realizados em 2005 pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil e dados a conhecer pelo *Semanário Expresso* (Caderno Actual, Lisboa, 22 de Outubro de 2005) mostram que, para um sismo da mesma intensidade do então verificado em Lisboa, hoje, as perdas seriam, proporcionalmente, muito menores - 1% da população contra os 10% de 1755. Mas não deixaria de ser uma catástrofe.

### Referências bibliográficas:

- KERVEN, Georges-Yves; RUBISE, Patrick (1991) - *L Archipel du Danger. Introduction aux Cindiniques*. Paris, Economica, 444 p.
- REHLO, Fernando (2001) - *Riscos Naturais e Acção Antrópica*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 274 p. (2ª edição, revista e aumentada: 2003, 286 p.)
- REHLO, Fernando (2005) - *Uma Experiência Europeia em Riscos Naturais*. Coimbra, MinervaCoimbra, 123 p.+ 23 fotografias a preto e branco, extra-texto.
- ROLLO, Maria Fernanda; BUESCU, Ana Isabel; CARDIM, Pedro (coordenadores científicos) (2008) - *História e Ciência da Catástrofe. 250 Aniversário do terramoto de 1755*. Lisboa, Edições Colibri e Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa, 207 p.
- ZEMKEI, Ernest (1997) - *Perils of a Restless Planet. Scientific Perspectives on Natural Disasters*. Cambridge University Press, 306 p.